

Especialidade: câncer

Organizar médicos e profissionais de saúde em grupos definidos pela área de atuação e reunir essas entidades em uma instância política participativa é uma estratégia que se tem mostrado bastante eficaz para o controle do câncer no Brasil. A integração das sociedades técnico-científicas especializadas em oncologia viabiliza uma visão ampliada sobre os desafios para o enfrentamento da doença e fomenta a criação de soluções multidisciplinares. A atuação das sociedades é diversa: laudos e pareceres esclarecedores; normatização de protocolos de atendimento e da formação de especialistas; identificação de demandas; e a proposição e avaliação de políticas públicas.

A diretora de Atenção Especializada do Ministério da Saúde, Maria Inez Gadelha, afirma que essas instituições contribuem para a proposição de normas de estruturação de serviços, para a organização do sistema assistencial e para a atualização dos procedimentos oncológicos cirúrgicos, radioterápicos e quimioterápicos. “A participação das sociedades médicas impulsionou os programas de residência médica em cancerologia, a colaboração nos programas nacionais de controle do câncer de mama e do colo uterino e a definição das Diretrizes para o Atendimento Radioterápico no Brasil”, exemplifica.



“A importância do Consinca não é só a de garantir a participação das sociedades organizadas, mas de fazer isso num contexto em que se compartilham as diferentes visões e se tem a percepção de urgência e de prioridade.”

LUIZ ANTONIO SANTINI, diretor-geral do INCA

A integração dessas entidades é tão importante que o Instituto Nacional de Câncer (INCA) mantém um Conselho Consultivo, o Consinca - integrado por representantes das sociedades técnico-científicas, do Fórum Nacional de Portadores de Patologias, e do Conselho Nacional de Saúde, além de gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) e prestadores de serviço. “A composição do conselho foi modificada em 2003 para representar todo o espectro dos setores envolvidos na atenção ao câncer no Brasil”, explica o diretor-geral do INCA, Luiz Antonio Santini.

O trabalho do grupo resultou na portaria que deu origem à Política Nacional de Atenção Oncológica, publicada em 2005 e que trata toda a linha de atenção à saúde, da promoção aos cuidados paliativos. “A importância do Consinca não é só a de garantir a participação das sociedades organizadas, mas de fazer isso num contexto em que se compartilham as diferentes visões e se tem a percepção de urgência e de prioridade”, ressalta Santini. “Esse é um mecanismo de gestão da política extremamente importante e que se tem mostrado eficiente.”

Integrante do conselho, o presidente da Sociedade Brasileira de Radioterapia (SBRT), Carlos Manoel Mendonça Araújo, considera como prioridade a implementação das Diretrizes para o Atendimento Radioterápico no Brasil. Para respaldar suas ações, a sociedade realiza pesquisas sobre a distribuição e qualidade dos serviços de radioterapia no Brasil, que mostram déficit da oferta regional. “A radioterapia representa 60% da assistência em alta complexidade para pacientes com neoplasias malignas no Brasil. No entanto, o alto custo e a complexidade tecnológica do tratamento comprometem sua acessibilidade e sustentabilidade”, afirma.

A SBRT propõe uma série de ações estratégicas, como a criação de serviços, melhor aproveitamento da capacidade instalada, reavaliação da tabela de procedimentos e integração dos serviços isolados. Discutidas no Consinca, muitas das proposições ganham forma, como ressalta o diretor-geral do INCA. “Foi criado um grupo de trabalho no conselho, que apresentou uma série de análises e propostas que resultou na reformulação da tabela de pagamento da radioterapia”, afirma. Santini cita também como resultado da ação integrada no conselho a Portaria 420, publicada em agosto pela Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), que aumentou os valores pagos e incluiu procedimentos para tratamento do câncer.

Outro fruto da participação das sociedades técnico-científicas na formulação de políticas públicas é o Fórum Permanente de Atenção à Criança e ao Adolescente com Câncer, criado em 2008. Protagonizada pela Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica (Sobope), a iniciativa soma esforços de instâncias governamentais, entidades científicas e organizações não governamentais para o diagnóstico e o tratamento de neoplasias infantis. O fórum coordena a implantação de projetos pilotos que valorizam a qualificação dos profissionais da atenção básica como principal estratégia para a identificação precoce da doença. “A Sobope foi criada com o objetivo de transformar uma doença considerada incurável em um agravo tratável e potencialmente curável. E para isso o diagnóstico precoce é essencial”, resume o presidente da Sobope, o oncologista Renato Melaragno.

O acesso de pacientes ao melhor tratamento oncológico, adequado às práticas internacionais, é a principal bandeira da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (Sboc). Por meio do Consinca, a entidade atua na elaboração de propostas para o aprimoramento da atenção ao paciente com câncer no SUS e no setor de saúde suplementar. “Desde 2004, reivindicamos a reformulação da tabela para Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade no SUS, para ampliar o acesso ao tratamento sistêmico em oncologia clínica e onco-hematologia”, afirma, o presidente da Sboc, o oncologista Enaldo Melo de Lima. A Sboc também defende, no Congresso Nacional, a realização de campanhas de combate ao tabagismo e a restrição do cultivo do tabaco e apoia a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na avaliação de novas terapêuticas oncológicas.

FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS

Além de contribuir para a Política Nacional de Atenção Oncológica, as sociedades técnico-científicas têm importante atuação na regulamentação das especialidades médicas. Elas colaboram para obter melhores condições de trabalho e remuneração, promovem congressos, seminários e outras estratégias de educação continuada e certificam a formação de especialistas, por meio da aplicação de exames de titulação. Entre as atribuições da SboC está a elaboração anual do Título de Especialista em Cancerologia, em parceria com a Sociedade Brasileira de Cancerologia, e a formulação e atualização do Programa de Residência Médica em Cancerologia Clínica.

A preocupação com a formação de recursos humanos é compartilhada pela Sociedade Brasileira de Enfermagem Oncológica (Sbeo), responsável por realizar os exames para titulação de especialistas na área e pela definição do currículo mínimo para enfermeiros que atuam em cuidados paliativos. A presidente da Sbeo, Ângela Coé Camargo da Silva, explica que, para ser especialista em enfermagem oncológica, é imprescindível uma formação generalista. “A assistência em enfermagem oncológica é holística. O profissional deve estar apto a assistir o paciente da prevenção aos cuidados paliativos e para isso é preciso dominar diferentes especialidades, como bioética, prevenção, radioterapia, oncologia clínica e cirúrgica, entre outras”, descreve.

A Sbeo também está empenhada em difundir a Sistematização da Assistência em Enfermagem (SAE) na área de oncologia. Ângela explica que esse processo normatiza o trabalho de enfermeiros e propõe um roteiro sobre todas as fases do atendimento, reduzindo a possibilidade de erros. “Incentivamos as unidades de saúde a desenvolver seu modelo de sistematização. Cada serviço está inserido em um contexto próprio e é importante que o modelo proposto por nós seja adequado às diferentes realidades”, considera a presidente da Sbeo.

Apesar de não ser reconhecida como especialidade médica, a área de cuidados paliativos tem ganhado cada vez mais importância na assistência a portadores de doenças crônicas, como o câncer. A psicóloga Ana Georgia Cavalcanti de Melo, fundadora da Associação Brasileira de Cuidados Paliativos (ABCP), relata que a entidade foi criada no fim da década de 1990, a partir da constatação do aumento do número desses pacientes.

“A participação das sociedades médicas impulsionou os programas de residência médica em cancerologia, a colaboração nos programas nacionais de controle do câncer de mama e do colo uterino e a definição das Diretrizes para o Atendimento Radioterápico no Brasil.”

MARIA INEZ GADELHA, diretora de Atenção Especializada do Ministério da Saúde

A terapia de cuidados paliativos tem o objetivo de aliviar a dor, controlar os sintomas e prover melhor qualidade de vida a pacientes crônicos e seus familiares. A psicóloga explica que o conceito resgata a essência da medicina e amplia a abordagem focada na cura. “Trata-se de cuidar e não necessariamente curar. O avanço da medicina e da tecnologia afastou médicos, profissionais de saúde e toda a sociedade do processo de adoecimento e da morte. E todos devem estar preparados para enfrentá-los”, considera.

Em dezembro de 2006, o Ministério da Saúde instituiu a Câmara Técnica em Controle da Dor e Cuidados Paliativos. A câmara reúne representantes das secretarias de Atenção à Saúde e de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do INCA, dos conselhos nacionais de secretários de Saúde e de secretários municipais de Saúde, das sociedades brasileiras para o Estudo da Dor, de Anestesiologia e de Neurocirurgia e da ABCP. Entre as principais propostas da instância estão a regulamentação da área de cuidados paliativos como especialidade médica e a criação da Residência Médica em Medicina Paliativa. “Essas resoluções permitirão credenciar centros de treinamento em cuidados paliativos e definirão critérios para a concessão de título de especialista na área”, aposta Ana Georgia. ■